

## **Análise da Eficiência Sócio Financeira de uma Cooperativa de Crédito de Minas Gerais**

### **Analysis of the Socio-Financial Efficiency of a Credit Union in State of Minas Gerais**

#### **Resumo**

*A busca por serviços prestados pelas cooperativas de crédito vem crescendo de forma significativa. As cooperativas de crédito são instituições financeiras que tem como principal finalidade a prestação de serviços bancários e intermediação financeira, buscando a geração de benefícios aos seus associados mediante oferecimento de serviços mais baratos e taxas de juros mais acessíveis. Considerando o objetivo dessas instituições, o presente estudo busca avaliar a eficiência sócio financeira de uma cooperativa de crédito da Região da Zona da Mata de Minas Gerais, considerando os indicadores financeiros e a atividade de prestação de serviços bancários. Para o cálculo e análise dos indicadores foram utilizados dados do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes ao período de 2010 a 2015. Para o tratamento dos dados usou-se a técnica de cálculo dos indicadores financeiros apropriados para as instituições financeiras e o deflacionamento de valores. Como resultado, observa-se que a cooperativa apresenta boa liquidez e rentabilidade, além de prestar serviços em condições mais favoráveis aos seus associados do que o mercado bancário tradicional.*

**Palavras-Chave:** *Cooperativa de Crédito; Indicadores Financeiros; Prestação de Serviços.*

#### **Abstract**

*The search for services provided by credit unions has been growing significantly. Credit unions are financial institutions whose main purpose is to provide banking services and financial intermediation, seeking the generation of benefits to their members, through cheaper services and more affordable interest rates. Considering the purpose of these institutions, the present study seeks to evaluate the social and financial efficiency of a credit union in the Region of the Zona da Mata de Minas Gerais, considering the financial indicators and the activity of providing banking services. For the calculation and analysis of the indicators, data from the Statement of Assets and Liabilities and the Income Statement for the period from 2010 to 2015 were used. As conclusion, it can be observed that the cooperative presents good solvency and profitability conditions, besides offering services in more favorable conditions to its members than the traditional banking market.*

**Keywords:** *Credit Union; Financial Indicators; Provision of Services.*

Recebido: 27/06/2017 Aceito: 04/09/2017

---

Brício dos Santos Reis<sup>1</sup>, Elaine Alexandra Fontes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutorado em Economia Aplicada (UFV). - bricio@ufv.br - Viçosa (MG) - 36.570-000

<sup>2</sup>Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Viçosa. - elainefontes20@gmail.com

## 1. Introdução

**C**ooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Uma cooperativa é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns a todos e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades (Coopagricola, 2016). Estas organizações são divididas em diversos ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, transporte, trabalho e turismo/lazer.

Conforme descrito por Pinheiro (2008), o ramo crédito, foco deste estudo, engloba as instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como a concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta

de terceiros e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Por serem instituições sem fins lucrativos, a prestação desses serviços pode ser feita com taxas menores que as praticadas pelo mercado financeiro tradicional, caracterizando-as como empreendimentos que promovem o desenvolvimento econômico de seus associados. Nesse contexto, o trabalho de Bressan, Braga e Resende Filho (2011) demonstra que a procura por serviços prestados pelas cooperativas de crédito vem aumentando de forma significativa, exatamente pelo fato de oferecerem taxas de juros e custos de serviços sensivelmente mais baixos quando comparados aos praticados pelo sistema bancário.

As cooperativas de crédito, portanto, são instituições financeiras que, juntamente com os bancos e outros tipos de organização, formam o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Entretanto, diferem dessas outras instituições, sobretudo, pela sua forma jurídica, uma vez que são sociedades de pessoas e não de capital (Assaf Neto, 2014). As principais diferenças em relação aos bancos, de acordo com Santos (2009), são descritas no Quadro 1.

*Quadro 1 – Principais Diferenças entre Cooperativas de Crédito e Instituições Financeiras Bancárias*

| <b>COOPERATIVAS</b>   | <b>BANCOS</b>   |
|---|---|
| Sociedade simples, de pessoas, sem fins lucrativos.   | Sociedade empresária, de capital, prioriza o lucro para os acionistas.  |
| Número ilimitado de associados.   | Número limitado de ações.   |
| Cada associado (pessoa) tem um voto.  | Voto proporcional às ações ordinárias.  |
| As cotas são inacessíveis a estranhos, ainda que por herança.                                   | As ações são livremente negociadas e/ou transferidas.   |
| Os resultados positivos oriundos de atos cooperativos (sobras) são isentos de tributos.         | Os resultados positivos (lucros) são tributados.  |
| As sobras são devolvidas aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa. | O lucro fica à disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do banco. |
| Desenvolve-se pela colaboração.   | Avança pela competição.   |

Fonte: Santos (2009).

Atualmente, a rede de atendimento das cooperativas no Brasil representa 18% das agências bancárias do país, enquanto que os depósitos totais administrados ultrapassam 5% do total, sendo que as

cooperativas de crédito somadas ocupam a 6ª posição no ranking do volume de ativos, depósitos e empréstimos, estando, portanto, entre as maiores

instituições financeiras de varejo do país (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

O Brasil possui cerca de 1.100 instituições financeiras cooperativas, das quais aproximadamente 75% estão ligadas aos sistemas **SICOOB**<sup>1</sup>, **SICREDI**<sup>2</sup>, **UNICRED**<sup>3</sup>, **CECRED**<sup>4</sup>, **CRESOL**<sup>5</sup> e **UNIPRIME**<sup>6</sup>. Estas cooperativas de crédito detêm aproximadamente 90% da rede de atendimento e do total de associados. A opção por reunirem-se em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro, sendo esta uma alternativa eficaz para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

Dados de dezembro de 2015 do Banco Central do Brasil, conforme explicitado na Tabela 1,

demonstram que as Cooperativas Financeiras no Brasil administravam ativos totais de aproximadamente R\$ 240 bilhões (considerando também os ativos dos bancos cooperativos BANSICREDI e BANCOOB), representando 2,88% no total de ativos do mercado financeiro brasileiro. **As operações de crédito totais atingiram R\$ 100 bilhões**, representando 2,97% do total do SFN e os **depósitos de R\$ 112 bilhões** representavam 5,38%. Para Ferreira, Gonçalves e Braga (2007), embora a participação das cooperativas nas operações de crédito seja ainda pequena se comparada à do sistema bancário, o seu contínuo crescimento demonstra a importância desse setor.

*Tabela 1- Participação das cooperativas de crédito no Patrimônio Líquido, Ativos, Depósitos e Operações de Crédito no segmento financeiro nacional, no período de 2010 a 2015.*

| Descrição                   | Ano         | 2010  | 2011  | 2012   | 2013  | 2014   | 2015   |
|-----------------------------|-------------|-------|-------|--------|-------|--------|--------|
|                             |             | Dez   | Dez   | Dez    | Dez   | Dez    | Dez    |
| <b>Patrimônio Líquido</b>   | R\$ bilhões | 13,7  | 15,9  | 21,17  | 22,1  | 29,27  | 34,17  |
|                             | %           | 3,17% | 3,51% | 3,85%  | 4,36% | 5,23%  | 5,77%  |
| <b>Ativo</b>                | R\$ bilhões | 68,7  | 86,5  | 137,62 | 155,2 | 201,73 | 238,95 |
|                             | %           | 2,10% | 2,25% | 2,31%  | 2,44% | 2,70%  | 2,88%  |
| <b>Depósitos</b>            | R\$ bilhões | 30,1  | 38,1  | 67,11  | 75,8  | 96,79  | 112,43 |
|                             | %           | 2,95% | 3,15% | 3,80%  | 4,21% | 4,90%  | 5,38%  |
| <b>Operações de Crédito</b> | R\$ bilhões | 33,9  | 48,9  | 61,17  | 65,5  | 89,43  | 99,92  |
|                             | %           | 2,35% | 2,45% | 2,60%  | 2,57% | 2,90%  | 2,97%  |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Assim, considerando a relevância social e econômica das cooperativas de crédito, cresce a necessidade da avaliação do desempenho sócio financeiro dessas organizações. As cooperativas de crédito conseguem ser eficientes tanto do ponto de

vista social quanto financeiro? Em outras palavras, é possível oferecer produtos e serviços bancários em condições mais favoráveis que as demais instituições e, ao mesmo tempo, ser financeiramente eficiente? Essa é questão chave que norteia o trabalho e esse

<sup>1</sup> É o maior sistema financeiro cooperativo do país, composto de cooperativas singulares e centrais de crédito e a Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito Sicoob.

<sup>2</sup> É um sistema de três níveis, formado por 95 cooperativas singulares filiadas, quatro centrais regionais – acionistas da Sicred participações S.A, uma confederação, uma fundação e um banco cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades adotam um padrão operacional único (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

<sup>3</sup> É composto por 44 cooperativas singulares, cinco cooperativas centrais e uma confederação nacional, possuindo 280 pontos de atendimento (PAs) (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

<sup>4</sup> É um sistema cooperativo organizado em dois níveis, formado por uma Cooperativa Central, a Cooperativa de Crédito

Central Urbano – CECRED, e por 14 cooperativas singulares, conta com mais de meio milhão de cooperados e está presente em 56 municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

<sup>5</sup> É uma rede de cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária que busca promover a inclusão social de agricultores, é composto de cooperativas singulares e centrais de crédito (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

<sup>6</sup> Constituído pela saída de um grupo de cooperativas singulares do sistema Unicred, é composto por 12 cooperativas singulares, no Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, conta com 25 pontos de atendimento e 37.000 associados. (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016).

problema de pesquisa será analisado no âmbito de um estudo de caso. Os dados analisados dizem respeito a uma cooperativa de crédito da Região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Segundo Ferreira, Gonçalves e Braga (2007), o desenvolvimento das cooperativas de crédito tem sido incentivado por políticas governamentais. Esse incentivo se justifica pelo fato dessas instituições representarem iniciativas dos próprios cidadãos e por contribuírem de forma relevante para o desenvolvimento local sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (Soares e Melo Sobrinho, 2008).

Nesse contexto, Barroso (2009) argumenta que os estudos sobre organizações cooperativas de crédito são relevantes pela sua importância no desenvolvimento regional e pela necessidade de esclarecer parte da dinâmica dessas organizações de forma a contribuir com as soluções gerenciais que possam auxiliar na sua evolução.

No tocante a essa dinâmica, pode-se dizer que nas cidades médias e pequenas que dispõem de uma ou mais cooperativas de crédito bem estruturadas, a formação das taxas de captação e empréstimo é feita pela cooperativa, forçando os bancos comerciais concorrentes a acompanhá-la. Já nas grandes cidades e capitais, esse fenômeno pode ser verificado nos bairros onde há ocorrência de cooperativas de crédito, principalmente daquelas de comerciantes (Schardong, 2002).

Além disso, as cooperativas de crédito promovem a irrigação da economia local, ou seja, como só podem operar com seus associados, a maior parte dos seus recursos tende a ficar no próprio município, contribuindo para o seu desenvolvimento. Já os bancos comerciais, os correspondentes bancários e os bancos postais retiram recursos da comunidade, captando as poupanças locais e aplicando-as nas praças que oferecem maiores possibilidades de lucro.

## 2. Método

Antes de abordar as técnicas utilizadas na pesquisa para obtenção dos resultados, faz-se necessária a discussão do conceito de eficiência sócio financeira em cooperativas, especialmente no ramo

crédito. A definição de eficiência, da qual faz uso a teoria econômica, não diverge muito do conceito utilizado nas demais ciências sociais aplicadas. Tanto na Administração quanto na Economia, a eficiência refere-se à otimização de recursos e à ausência de desperdício. Assim, a eficiência se dá pela utilização máxima dos recursos existentes para satisfazer as necessidades e os desejos de indivíduos e organizações (Ferreira, Gonçalves & Braga, 2007).

Nas cooperativas de crédito, a eficiência sócio financeira está associada à capacidade que as mesmas possuem de maximizar os benefícios aos seus cooperados – materializados em operações de crédito e serviços bancários com preços mais acessíveis – de forma concomitante à garantia de condições de rentabilidade e solvência do negócio. Segundo Oliveira Junior (1996), para compreender a eficiência das cooperativas de crédito é necessário, sobretudo, compreender algumas diferenças fundamentais entre estas empresas e as demais.

De acordo com o referido autor, em primeiro lugar, as cooperativas são sociedades de pessoas e não sociedades de capital. Apesar de necessitar deste fator econômico como qualquer outra empresa, as cooperativas não se estruturam somente na base de sua acumulação. Enquanto nas demais empresas de natureza puramente capitalista o capital é sinônimo de poder, nas cooperativas o poder é pessoal e unitário, não importando o montante da capitalização de cada indivíduo. A ótica analítica voltada à avaliação da rentabilidade e produtividade do capital é insuficiente para definir a eficiência de uma cooperativa, pois nestas empresas a avaliação econômico-financeira está atrelada, também, à sua capacidade de prestar serviços necessários e solicitados pelo conjunto dos associados (Oliveira Junior, 1996).

Em segundo lugar, ainda conforme o referido autor, as cooperativas são empresas onde o dono não tem um comportamento capitalista puro, visando somente à remuneração de seu investimento. A qualidade de dono/usuário demanda um processo econômico mais complexo para a cooperativa, visto que seus investimentos têm como referencial sua clientela primária e fundamental que é o associado.

Neste escopo, para ser eficiente dos pontos de vista financeiro e social, a cooperativa deve apresentar bons indicadores de rentabilidade e solvência e, ao mesmo tempo, garantir que seus associados sejam beneficiados pela sua atuação, tanto no que diz respeito à remuneração dos capitais

investidos, quanto pelo oferecimento de crédito em condições mais favoráveis que as apresentadas por outros tipos de instituições financeiras.

Assim, para que se possa avaliar a eficiência financeira da cooperativa de crédito alvo deste estudo de caso serão calculados os indicadores financeiros mais apropriados de acordo com Gonçalves (2005). Em sua pesquisa, a autora teve como objetivo analisar os condicionantes de risco de liquidez das cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais entre os anos de 2003 e 2005. Nesse sentido, utilizou, de forma censitária, as demonstrações contábeis dessas instituições, separando-as em dois grupos distintos, a saber: as que apresentaram e as que não apresentaram problemas de solvência no período.

Para esses dois grupos foram calculados diversos indicadores econômico-financeiros que, por meio de regressões estatísticas, foram classificados de acordo com sua capacidade de prever eventuais problemas de solvência. Os quocientes mais significativos serão utilizados neste trabalho para avaliação da cooperativa de crédito em destaque. Para tanto, utilizar-se-ão os dados disponíveis nas demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício), que serão utilizadas como fontes primárias de informações.

Já a eficiência social será balizada pela concorrência, ou seja, procurar-se-á identificar os principais produtos e serviços oferecidos pela cooperativa ao seu quadro social e verificar os preços cobrados pelos mesmos, tendo como referência os produtos e serviços similares oferecidos pelas demais instituições bancárias da região.

Os indicadores financeiros serão divididos em dois conjuntos fundamentais: solvência/liquidez e

rentabilidade (Assaf Neto e Lima, 2011). Todos serão calculados a partir das principais demonstrações contábeis publicadas pela cooperativa (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício) no período de 2010 a 2015.

Os indicadores de solvência permitem melhor avaliação da capacidade de pagamento da cooperativa ou, em outros termos, de sua capacidade de arcar com as obrigações contraídas junto a terceiros. Para Gitman (2010), a liquidez de uma empresa diz respeito à facilidade que a mesma possui de pagar suas contas em dia. Na Tabela 2 estão descritos os principais indicadores de solvência que serão utilizados nesta pesquisa.

No que diz respeito ao indicador de Encaixe, valores mais elevados garantem maior segurança financeira à instituição e, ao mesmo tempo, comprometem as aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos. Portanto, valores maiores indicam estratégia mais conservadora por parte da instituição. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao indicador de Cobertura Voluntária.

O indicador de Volume de Crédito, por sua vez, mostra a relação entre as operações de crédito e o Patrimônio Líquido, explicitando a magnitude da principal atividade de uma cooperativa de crédito em relação à sua fonte de capital mais segura. Valores elevados indicam que os empréstimos e financiamentos concedidos estão próximos ao limite de cobertura com recursos próprios, indicando risco financeiro. Por outro lado, também podem significar boa capacidade de captação de recursos de terceiros, materializados em depósitos à vista e a prazo.

*Tabela 2 – Indicadores de solvência*

| <b>Nome</b>                             | <b>Fórmula</b>                                  |
|---|---|
| Encaixe                                 | Disponível / Depósitos à Vista                  |
| Cobertura Voluntária                    | Disponível / Passivo Real <sup>a</sup>          |
| Volume de Crédito                       | Operações de Crédito / Patrimônio Líquido       |
| Depósitos Totais X Operações de Crédito | Depósitos Totais / Operações de Crédito         |
| Reserva de Liquidez                     | Ativos Líquidos <sup>c</sup> / Depósitos Totais |
| Provisionamento                         | PCLD <sup>b</sup> / Operações de Crédito        |
| Comprometimento                         | PCLD / Patrimônio Líquido                       |

<sup>a</sup> Passivo Real = Passivo total – Relações Interfinanceiras – Relações Interdependências

<sup>b</sup> Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (inadimplência)

<sup>c</sup> Ativos Líquidos = Disponível + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez + Títulos e Valores Mobiliários + Relações Interfinanceiras.

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005).

Já a comparação desses depósitos com as operações de crédito indica o risco incorrido pela instituição financeira com a aplicação dos recursos captados na forma de passivo circulante em seu principal negócio. Valores elevados refletem políticas de crédito mais restritas e, conseqüentemente, assunção de menor risco de descapitalização.

Em seqüência, o cálculo da Reserva de Liquidez, de acordo com Gonçalves (2005), tem como principal objetivo avaliar a capacidade da cooperativa de atender a demandas excessivas de resgate dos recursos aplicados pelos sócios. Para tanto, esse quociente compara os ativos que podem ser convertidos em dinheiro com maior facilidade – como disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras – com os depósitos realizados pelos cooperados. Quanto maior for o seu valor, menor será o risco de insolvência da organização.

Também segundo Gonçalves (2005), o indicador de Provisionamento explicita o quanto dos empréstimos/financiamentos concedidos pela cooperativa é de liquidação duvidosa, ou seja, mostra qual o percentual de operações de crédito que poderá ser classificado como inadimplência. Valores elevados revelam a possibilidade de existência de problemas no setor de liberação de recursos ou, ainda, no setor de cobrança, o que pode ser classificado como ineficiência de política comercial. Já o indicador de Comprometimento pode ser analisado de forma similar, com a diferença de relacionar a inadimplência com o capital próprio da instituição.

Por sua vez, os indicadores de resultado procuram avaliar o desempenho da instituição na realização de suas principais atividades e a evolução de sua estrutura patrimonial (Tabela 3).

*Tabela 3 – Indicadores de resultado*

| Nome  | Fórmula  |
|---|--|
| Despesas Operacionais X Captação Total<br>Rentabilidade do Patrimônio Líquido | Despesas Operacionais / Captação Total<br>Resultado Líquido / Patrimônio Líquido |

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005).

De acordo com Assaf Neto e Lima (2011), despesas são os gastos dos ativos em troca da obtenção de receitas, podendo também estar relacionadas à manutenção da entidade num determinado período, como condição para assegurar sua continuidade. Nesse sentido, a relação entre as despesas operacionais da cooperativa e a captação total indica o quanto aquelas representam do total dos depósitos captados. Quanto menor for essa relação, mais eficiente é a cooperativa na estruturação de seus serviços, levando a uma maior capacidade de gerar sobras.

Já a Rentabilidade do Patrimônio Líquido revela o retorno dos capitais investidos, apresentando a eficiência da cooperativa na gestão de seus ativos. Segundo Oliveira Junior (1996), este indicador mede

a oportunidade de capitalização, explicitando o quanto é obtido em resultado para cada um real de capital próprio investido. Assim, a princípio, quanto maior o valor deste indicador, melhor é a situação da organização no tocante à sustentabilidade financeira do negócio.

Entretanto, no caso de cooperativas, essa rentabilidade deve ser encarada com ressalvas, uma vez que o Resultado Líquido apurado não é distribuído aos associados ou incorporado às suas quotas-partes na proporção do capital que dispõem. Por serem constituídas como sociedades de pessoas, essas instituições não podem distribuir benefícios ao capital além dos juros determinados na legislação pertinente.

Assim, a Rentabilidade do PL representa o ganho obtido pelo empreendimento com a utilização do capital investido pelos cooperados, mas não a rentabilidade desses cooperados. A distribuição do resultado com base no volume de operações pode gerar diferentes tipos de retorno aos associados.

De forma complementar, a eficiência de uma cooperativa também está relacionada aos benefícios repassados a seus associados. Nesse contexto, as cooperativas de crédito são conhecidas por oferecerem serviços também ofertados por outras instituições financeiras, porém, a taxas bem mais acessíveis. É o que se convencionou denominar de eficiência social.

Para esse tipo de avaliação foram também analisadas as taxas de juros das operações de crédito e as tarifas cobradas pelos serviços prioritários da cooperativa do estudo e das demais instituições financeiras da região.

São considerados serviços prioritários: cadastro (pesquisa sobre informações cadastrais no momento da abertura da conta ou início de relacionamento por meio de contratação de crédito); segunda via de cartão de débito (para emissão no caso de roubo, furto ou outro motivo que não seja de responsabilidade da instituição ou emissão pelo banco); folha de cheque (fornecimento de folha de cheque, por unidade); saque presencial e autoatendimento (saques efetuados em agências e em terminais de autoatendimento); depósito identificado (recebimento de depósito com informação para o favorecido sobre o depositante e com a identificação da operação); extrato (por atendimento pessoal na agência ou nos terminais de autoatendimento); transferência via DOC/TED (transferência de recursos no guichê da agência ou pelo Internet Banking); adiantamento à depositante (concessão de crédito para cobertura de saldo devedor em conta corrente de depósitos à vista e de excesso sobre o limite do cheque especial); anuidade de cartão de crédito (valor cobrado para administrar o cartão); e emissão de segunda via de cartão de crédito (valor cobrado por reimpressão).

Já as linhas de crédito analisadas são: cheque especial (destinado a clientes com limite de crédito pré-aprovado); crédito consignado (tipo de empréstimo onde as parcelas são descontadas diretamente do salário do tomador); empréstimo pessoal (concedido à pessoa física para qualquer destinação); e cartão de crédito rotativo (taxa cobrada pelas administradoras dos cartões pelo não pagamento da fatura ou o seu financiamento até a data de vencimento).

Os dados referentes às tarifas cobradas por serviços prioritários e os juros sobre as operações de crédito foram obtidos através de informações colhidas em cada instituição financeira visitada. Os nomes dessas instituições não serão revelados por motivo de confidencialidade.

Os dados da cooperativa de crédito analisada foram retirados de suas demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) referentes aos anos de 2010 a 2015. Essa cooperativa foi fundada no ano de 1998 por quarenta associados servidores públicos federais e tem como principal objetivo a concessão de crédito para consumo e o oferecimento de serviços bancários.

Para os cálculos dos indicadores financeiros foi efetuado o deflacionamento dos valores obtidos nas demonstrações financeiras, utilizando-se, para tanto, o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas. O deflacionamento de preços nada mais é do que a determinação do valor real, em certa data-base, de um montante que se encontra especificado em termos de valor monetário de um período diferente. Em outras palavras, consiste na expressão de valores de datas diferentes em moeda de um mesmo período, eliminando, dessa forma, o efeito inflacionário.

Assim, se o objetivo é analisar os Balanços Patrimoniais de uma cooperativa no período de 2010 a 2015, esse último será o ano base e os valores monetários dos demais períodos serão atualizados para 31 de dezembro de 2015, data do fechamento do último balanço. A Tabela 4, a seguir, apresenta os valores do IGP-M no período descrito.

Tabela 4 – Valores do IGP-M, 2010 a 2015

| Data          | IGP – M |
|---------------|---------|
| Dezembro/2010 | 450,301 |
| Dezembro/2011 | 473,252 |
| Dezembro/2012 | 510,252 |
| Dezembro/2013 | 538,370 |
| Dezembro/2014 | 558,213 |
| Dezembro/2015 | 617,044 |

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em termos práticos, o Valor Deflacionado (Vd) é definido pela seguinte fórmula:

$$Vd = (I_i/I_j) \times Vc$$

em que,  $I_i$  = índice de preço do ano i (ano base)

$I_j$  = índice de preço do ano j

$Vc$  = valor em moeda corrente ou valor nominal

### 3. Resultados e Discussão

Conforme já comentado anteriormente, para a análise, avaliação e interpretação dos indicadores obtidos neste estudo foi usado como referência o trabalho de Gonçalves (2005), que analisou os

determinantes do risco de liquidez em cooperativas de economia e crédito mutuo do estado de Minas Gerais e calculou os valores padrão dos quocientes de solvência e rentabilidade para organizações consideradas em boas condições financeiras, como pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5 – Valores padrão dos indicadores de solvência e rentabilidade de cooperativas de crédito em condições financeiras satisfatórias em Minas Gerais

| ÍNDICES DO SETOR                        |      |
|---|------|
| SOLVÊNCIA                               |      |
| Encaixe                                 | 1,28 |
| Cobertura Voluntária                    | 0,11 |
| Volume de Crédito                       | 2,01 |
| Depósitos Totais X Operações de Crédito | 1,44 |
| Reserva de Liquidez                     | 0,35 |
| Provisionamento                         | 0,05 |
| Comprometimento                         | 0,10 |
| RENTABILIDADE                           |      |
| Despesas Operacionais X Captação Total  | 0,16 |
| Rentabilidade do Patrimônio Líquido     | 0,07 |

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005).

O indicador de Encaixe nos mostra a relação entre os recursos com maior grau de liquidez da cooperativa, como dinheiro em caixa e bancos, com

os Depósitos a Vista, sua forma de captação mais volátil. Conforme explicitado na Tabela 6, a cooperativa em estudo apresentou valores elevados

para esse indicador no período analisado, o que significa boa condição de atender as demandas de saques em suas contas de depósitos à vista. Se comparado ao setor, a cooperativa apresentou, em média, um valor três vezes maior que o encontrado para seus pares considerados em boas condições financeiras, o que caracteriza uma estratégia mais conservadora, pois, significa assunção de baixo risco de incapacidade financeira para honrar possíveis saques de seus correntistas e, ao mesmo tempo, maior comprometimento de sua capacidade de aplicação em ativos mais rentáveis, como as operações de crédito.

O indicador de Cobertura Voluntária, da mesma forma que o indicador de Encaixe, também

apresentou bons resultados. Em média, a cooperativa apresentou valor de 0,63 para esse quociente no período, cinco vezes maior que o apresentado pelo setor. Assim, para cada real de dívida ativa, a cooperativa dispunha de R\$0,63 em disponibilidades para quitá-la. Essa postura mais conservadora pode ser reflexo de menor grau de profissionalismo na gestão, uma vez que a Diretoria e os Conselhos da instituição são formados por cooperados que, por desconhecerem de forma mais aprofundada as nuances do mercado, acabam optando por aplicações de recursos mais seguras.

*Tabela 6- Indicadores de solvência no período de 2010 a 2015.*

| <b>INDICADORES</b>                      | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>Média</b> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Encaixe                                 | 3,59        | 2,98        | 3,68        | 3,96        | 5,40        | 4,44        | 3,82         |
| Cobertura Voluntária                    | 0,62        | 0,48        | 0,54        | 0,70        | 0,77        | 0,64        | 0,63         |
| Volume de Crédito                       | 1,28        | 1,42        | 1,33        | 1,20        | 1,12        | 1,26        | 1,27         |
| Depósitos Totais x Operações de crédito | 0,70        | 0,63        | 0,62        | 0,73        | 0,81        | 0,76        | 0,71         |
| Reserva de Liquidez                     | 0,67        | 0,51        | 0,58        | 0,72        | 0,81        | 0,66        | 0,67         |
| Provisionamento                         | 0,011       | 0,007       | 0,014       | 0,018       | 0,031       | 0,013       | 0,013        |
| Comprometimento                         | 0,015       | 0,010       | 0,018       | 0,021       | 0,034       | 0,017       | 0,017        |

Fonte: Resultados da pesquisa.

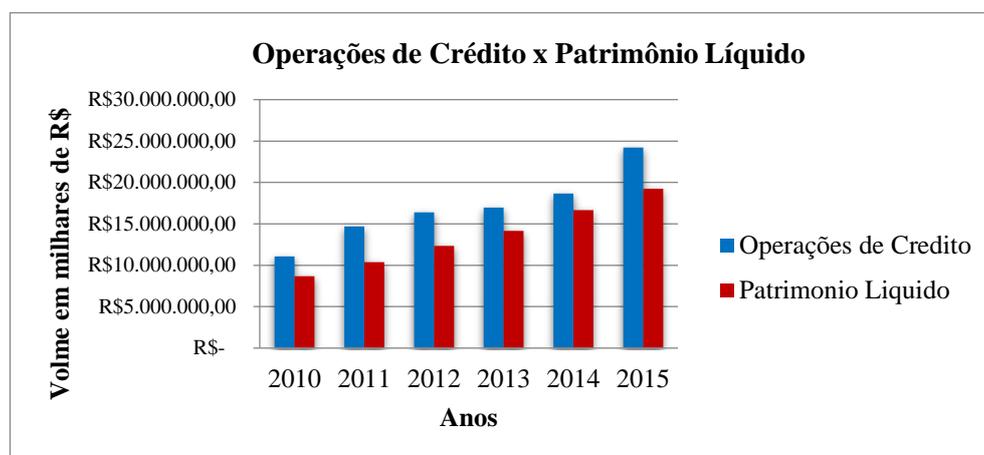
Já o índice de Volume de Crédito, dado pela razão entre as operações de crédito e o patrimônio líquido, apresentou, em termos médios, valor menor que o do setor, indicando que a cooperativa apresenta menor risco financeiro do que as demais do setor. Esse resultado foi alcançado em virtude do sistema de capitalização contínua adotado por essa instituição. Os seus associados integralizam R\$ 100 (cem reais) de capital no ato de sua associação e, ao longo de seu tempo como cooperados, continuam integralizando, mensalmente, um por cento de seus salários brutos, com descontos diretamente em seus contracheques. Isso permite à cooperativa manter elevados valores de patrimônio líquido.

O Gráfico 1, a seguir, demonstra a evolução das operações de crédito e do capital próprio da cooperativa em estudo. Pode-se perceber que os

empréstimos e financiamentos concedidos cresceram proporcionalmente ao patrimônio líquido, revelando a baixa dependência em relação aos recursos de terceiros para realização das principais operações do negócio.

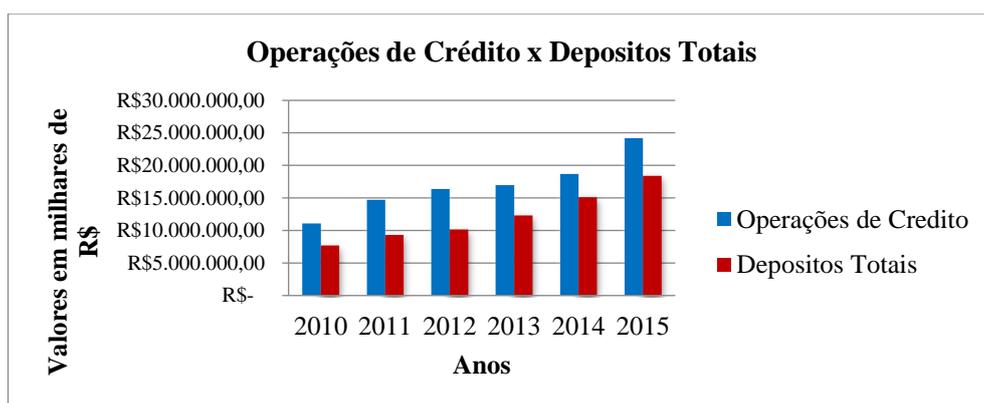
Esses resultados são corroborados pelo indicador que relaciona depósitos totais e operações de crédito, duas contas que devem estar em equilíbrio para garantir a liquidez da instituição. A média para o período em estudo foi de 0,71, ou seja, observou-se, ao longo dos anos de 2010 a 2015, valores maiores em operações de crédito do que na conta depósitos totais, indicando que a cooperativa emprestou mais recursos aos associados do que captou dos mesmos na forma de depósitos, sejam eles em contas correntes ou em aplicações financeiras remuneradas. O Gráfico 2 explicita os valores dessas contas no período.

Gráfico 1 - Evolução das operações de crédito e patrimônio líquido da cooperativa, 2010 a 2015.



Fonte: Resultado da Pesquisa

Gráfico 2 - Evolução das operações de crédito e depósitos totais da cooperativa, 2010 a 2015.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

O valor padrão de 1,44 para o setor comparado ao valor médio da cooperativa no período poderia indicar problemas de liquidez relacionados ao excesso de operações de crédito em relação à captação. Contudo, como o capital próprio da instituição é elevado, pode-se concluir que a maior parte dos empréstimos/financiamentos concedidos tem lastro no Patrimônio Líquido, explicitando situação confortável no que diz respeito à capacidade de honrar seus compromissos junto ao quadro social.

No que diz respeito à Reserva de Liquidez, esse indicador é usado pela Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo de Minas Gerais – CECREMGE<sup>7</sup>, para separar suas filiadas em líquidas (as que apresentam valores superiores a 0,35) e ilíquidas (valores inferiores a 0,35). Dessa forma, pode-se verificar, conforme a Tabela 5, que a cooperativa em análise é

considerada uma cooperativa líquida seguindo esta classificação. Em outras palavras, se todos os seus ativos considerados de elevada liquidez forem transformados em caixa, seria possível quitar, em média, 67% dos depósitos captados no período.

Por sua vez, o Provisionamento indica o percentual das operações de crédito que estão comprometidas com eventual inadimplência dos clientes. Para a cooperativa em estudo, o valor desse indicador é baixo, revelando que, aproximadamente, 1% dos financiamentos e empréstimos concedidos é contabilizado como despesa em função da probabilidade de não pagamento por parte do cooperado. A média do setor, para cooperativas em boa situação financeira, é de 5%.

Por fim, no que diz respeito à solvência, o indicador de Comprometimento revela que pode haver deterioração de 1,7% no capital próprio da instituição com

<sup>7</sup> Composta por 70 cooperativas originárias dos mais diversos segmentos econômicos, sendo comercial, rural, de empregados

profissionais liberais e Livre Admissão. As cooperativas filiadas estão localizadas em todas as regiões de Minas Gerais.

devedores inadimplentes. Esse valor também é bem inferior à média do setor, que girou em torno de 10% no período analisado por Gonçalves (2005).

Os baixos valores de inadimplência estão associados à política de cobrança da instituição. Para a maioria dos devedores, as prestações são descontadas diretamente no contracheque. Para aqueles que não estão nessa lista, os débitos são realizados em conta corrente na própria cooperativa e que, normalmente, são utilizadas para recebimento dos salários.

Os indicadores de rentabilidade são apresentados na Tabela 7. As despesas operacionais alcançaram, em média, 7% do volume de recursos captados. O valor padrão para as cooperativas de crédito em boas condições financeiras, calculado por Gonçalves (2005), foi de 16%, o que revela a estrutura enxuta de custos que a instituição foco deste estudo apresenta. Em outras palavras, os serviços bancários disponibilizados aos associados são custeados, em termos relativos, por menos da metade do que gastam outras organizações semelhantes

*Tabela 7 – Indicadores de solvência no período de 2010 a 2015.*

| INDICADORES                            | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Media |
|--|------|------|------|------|------|------|-------|
| Despesas Operacionais X Captação Total | 0,07 | 0,08 | 0,07 | 0,09 | 0,07 | 0,08 | 0,07  |
| Rentabilidade do Patrimônio Líquido    | 0,12 | 0,13 | 0,13 | 0,13 | 0,11 | 0,09 | 0,13  |

Fonte: Resultado da pesquisa.

Importante ressaltar, nesse caso, que a cooperativa em análise tem sua única sede localizada em área pertencente à empresa pública em que seus associados trabalham. Assim, o espaço é cedido gratuitamente, não exigindo o desembolso de aluguel. Esse aspecto contribui para o baixo valor das despesas operacionais, entretanto, não pode ser considerado a única explicação para a expressiva redução do indicador.

O reflexo desse baixo custo se consolida no indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, que foi, em média, de 13% no período, contra 7% das demais instituições financeiras utilizadas como parâmetro. Isso significa que para cada R\$ 1 (um real) de capital próprio investido, a cooperativa obteve R\$ 0,13 (treze centavos) de sobras, sendo capaz de recuperar o investimento realizado pelos associados em, aproximadamente, sete anos e meio.

Em resumo, todos os indicadores de solvência e rentabilidade apontam para o bom desempenho da cooperativa em análise. Apesar da

existência de algumas características peculiares que contribuem para alavancar essa performance, a organização se destaca pelo seu excelente nível de eficiência econômico-financeira.

Nesse contexto, cabe investigar o papel desempenhado pela cooperativa na área social, ou seja, em que condições são ofertados os seus principais serviços. Como já visto anteriormente, para uma cooperativa ser eficiente, além de apresentar boa liquidez e rentabilidade, ela deve, também, trazer benefícios a seus associados.

Uma das formas de beneficiar esses cooperados é oferecer empréstimos e financiamentos a taxas mais acessíveis que o mercado bancário tradicional. Para tanto, foram analisadas as seguintes operações de crédito: cheque especial, crédito consignado, empréstimo pessoal e cartão de crédito rotativo. As taxas de juros cobradas pela cooperativa foram comparadas com as taxas praticadas pelas instituições financeiras da região (Tabela 8).

*Tabela 8 – Taxas de juros mensais (%) cobradas em operações de crédito pela cooperativa em estudo e pelas demais instituições financeiras da região.*

|                           | Banco A | Banco B | Banco C | Banco D | Banco E | Coop  |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| <b>Crédito Pessoal</b>    | 7,65%   | 7,76%   | 7,74%   | 9,50%   | 7,47%   | 1,85% |
| <b>Crédito Consignado</b> | 4,65%   | 5,22%   | 6,69%   | 6,89%   | 4,87%   | 1,80% |
| <b>Cheque Especial</b>    | 8,04%   | 8,28%   | 8,78%   | 7,91%   | 8,65%   | 4,50% |
| <b>Cartão de Crédito</b>  | 15,90%  | 14,02%  | 15,99%  | 16,83%  | 13,45%  | 6,00% |

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Enquanto o crédito pessoal ofertado pelas instituições bancárias tem taxas que vão de 7,47% até 9,5% ao mês, a cooperativa oferece esse mesmo serviço por 1,85% ao mês. A menor taxa cobrada pelos bancos é quatro vezes superior ao custo desse tipo de serviço na organização alvo deste estudo. As diferenças são menores para as demais operações de crédito, entretanto, deixam claras as vantagens obtidas pelos associados ao optarem por buscar recursos de empréstimos na cooperativa.

Ademais, cabe ressaltar que as taxas de juros praticada pela cooperativa podem ser consideradas superiores ao custo efetivo total das linhas de crédito ofertadas. Isso acontece devido à distribuição de sobras baseada no movimento financeiro dos cooperados. Os resultados são devolvidos aos

associados na proporção de sua movimentação financeira com a instituição e, nos últimos anos, o principal elemento de caracterização dessa movimentação tem sido o montante de recursos emprestados. Assim, aqueles que mais tomam empréstimos têm, efetivamente, recebido maior parcela das sobras, o que reduz o valor real das taxas cobradas nessas operações.

Outra forma de geração de benefícios ao quadro social é o oferecimento de serviços bancários com custos inferiores aos das demais instituições financeiras que atuam na região. A Tabela 9 traz os principais serviços dessa natureza e as condições em que são ofertados pela cooperativa e seus concorrentes.

*Tabela 9 - Tarifas cobradas por serviços bancários pela cooperativa em estudo e pelas demais instituições financeiras da região.*

|                            | Banco A   | Banco B   | Banco C   | Banco D   | Banco E   | Coop      |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Cadastro                   | R\$ 30,00 | R\$ 30,00 | R\$ 30,00 | R\$ 50,00 | R\$ 30,00 | R\$ -     |
| 2ª via cartão/debito       | R\$ 8,50  | R\$ 6,60  | R\$ 7,20  | R\$ 20,00 | R\$ 7,90  | R\$ 5,00  |
| Folha de Cheque            | R\$ 1,45  | R\$ 1,55  | R\$ 1,40  | R\$ 2,50  | R\$ 1,40  | R\$1,00   |
| Saque – guichê             | R\$ 2,40  | R\$ 2,40  | R\$ 2,35  | R\$ 8,00  | R\$ 2,20  | R\$ -     |
| Saque – terminal           | R\$ 2,00  | R\$ 2,00  | R\$ 2,00  | R\$ 6,00  | R\$ 1,95  | R\$ 1,69  |
| Depósito Identificado      | R\$ 8,50  | R\$ 3,20  | R\$ 5,00  | R\$ -     | R\$ -     | R\$ -     |
| Extrato – guichê           | R\$ 2,80  | R\$ 2,80  | R\$ 2,75  | R\$ 6,00  | R\$ 2,70  | R\$ 0,50  |
| Extrato – terminal         | R\$ 2,40  | R\$ 2,00  | R\$ 2,45  | R\$ 4,00  | R\$ 1,95  | R\$ 0,50  |
| DOC – guichê               | R\$ 17,00 | R\$ 16,50 | R\$ 16,30 | R\$ 25,00 | R\$ 14,70 | R\$ 8,00  |
| DOC Eletrônico             | R\$ 8,60  | R\$ 9,00  | R\$ 8,80  | R\$ 12,00 | R\$ 7,85  | R\$ 5,00  |
| TED – guichê               | R\$ 17,00 | R\$ 16,50 | R\$ 16,30 | R\$ 25,00 | R\$ 14,70 | R\$ 8,00  |
| TED Eletrônico             | R\$ 8,60  | R\$ 9,00  | R\$ 8,80  | R\$ 12,00 | R\$ 7,85  | R\$ 5,00  |
| Entrada em AD              | R\$ 54,85 | R\$ 54,90 | R\$ 51,75 | R\$ 80,00 | R\$ 52,90 | R\$ 5,00  |
| Anuidade cartão de crédito | R\$ 48,00 | R\$ 66,00 | R\$ 47,00 | R\$ 87,00 | R\$ 50,00 | R\$ 60,00 |
| 2ª via cartão de crédito   | R\$ 8,50  | R\$ 9,00  | R\$ 7,90  | R\$ 15,00 | R\$ 17,00 | R\$ -     |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os serviços destacados, o único em que a cooperativa não cobra a menor taxa do mercado é a anuidade de cartão de crédito básico. Em todos os demais os custos das instituições bancárias concorrentes são expressivamente maiores. Isso reforça o seu papel social de facilitar o acesso dos cidadãos ao Sistema Financeiro Nacional. Uma vez que as tarifas são menores, maior parcela da

população terá condições de movimentar recursos por seu intermédio, garantindo maior segurança ao processo financeiro e permitindo maiores oportunidades de desenvolvimento a quem não

poderia arcar com os custos do sistema bancário tradicional.

#### 4. Conclusões

A conclusão básica deste estudo de caso é que a cooperativa de crédito analisada consegue ser eficiente tanto do ponto de vista social quanto financeiro. Conforme destacado na parte introdutória e na descrição do método, essa eficiência diz respeito ao bom desempenho nos aspectos de solvência e rentabilidade associado à prestação de serviços bancários aos seus associados em condições mais vantajosas que as encontradas no mercado local.

Todos os indicadores de solvência e rentabilidade foram superiores aos valores padrão encontrados por Gonçalves (2005) para as cooperativas de economia e crédito mútuo em boa situação financeira no Estado de Minas Gerais. Isso permite afirmar que a cooperativa foco deste estudo pode ser considerada sólida e rentável.

Entretanto, cabe salientar que o referido trabalho de Gonçalves (2005) usou como fonte de informações as demonstrações contábeis no período de 2003 a 2005 e este estudo realizou análises para o período de 2010 a 2015, o que pode caracterizar uma limitação da pesquisa. A análise comparativa foi realizada em razão da não existência de dados mais recentes a respeito do desempenho das cooperativas de crédito do Estado. Ademais, o trabalho de Gonçalves (2005) incluiu, em sua amostra, a cooperativa avaliada no presente estudo, o que garante maior relevância à análise desenvolvida.

Nesse contexto, pode-se concluir que a afirmação de Soares e Melo Sobrinho (2008) a respeito da importância das instituições de crédito cooperativo para o desenvolvimento local sustentável encontra respaldo nos resultados obtidos nesta pesquisa. O oferecimento de produtos e serviços em condições mais vantajosas permite maior possibilidade de acesso ao sistema bancário por parte dos associados e não implica em prejuízos financeiros à cooperativa. Pelo contrário, a unidade analisada apresentou condições mais que satisfatórias do ponto de vista econômico. Esse aspecto permite inferir que, dada a dinâmica de manutenção dos recursos em sua área de atuação, característica básica dos empreendimentos cooperativos, a conjugação de eficiência social e financeira contribui para o crescimento sustentável

da economia local, conforme destacado pelos referidos autores.

No entanto, o argumento de Schardong (2002), de que as cooperativas de crédito ditam a formação das taxas de empréstimos/financiamentos em cidades pequenas e médias, não se verificou para o estudo em questão. Tanto os preços das operações de crédito quanto os dos serviços bancários da cooperativa analisada foram bem menores do que os praticados pelas instituições concorrentes. Não se pode afirmar, contudo, que essa prática de balizamento pelas cooperativas de crédito não seja efetiva, uma vez que o caso analisado no presente trabalho não pode ser generalizado.

Por fim, cabe ressaltar a importância da realização de estudos de desempenho financeiro e social em cooperativas, uma vez que o objetivo principal desse tipo de instituição é garantir que seus associados, por meio da organização econômica, tenham condições de se desenvolver e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento de sua região e do próprio País.

#### 5. Referencial Bibliográfico

- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro** (12a ed., p. 381). São Paulo: Atlas. 2014.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2 ed. 2011.
- BARROSO, M. F. G. **Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado). Ribeirão Preto: USP.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. A. Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Administração (FEA-USP)**, v. 46, n. 3, p.258-274, jul./ago./set. 2011.
- COOPAGRICOLA. **Educação Cooperativa**. Disponível em: <http://www.coopagricola.com.br/educacaocooperativa/>. Acesso em 24/05/2016.
- FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das

- cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 425-445, 2007.
- GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 12 ed. 2010.
- GONÇALVES, R. M. L. **Condicionantes do risco de liquidez em cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais**. Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2005.
- OLIVEIRA JUNIOR, C. C. de. **Avaliação da Eficiência Empresarial das Cooperativas**. Curitiba: Ocepar 13ed. 1996.
- PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Brasília: BCB, 2008.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Cenário Mundial e Cenário Brasileiro**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/>. Acesso em 13/08/2016.
- SANTOS, C. A. dos. **Cooperativa de crédito – Série empreendimentos coletivos (p. 45)**. Brasília: SEBRAE. 2009.
- SCHARDONG, A.. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.
- SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D.. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2 ed. Brasília: BCB, 2008.
- DANTAS, A. K. F.. Dignidade da pessoa humana e extrema pobreza: elementos para um debate acerca da democracia brasileira. Revista UNI / Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão., v. 2, p. 95-107, 2012. Disponível em: [http://www.unisulma.edu.br/Revista\\_UniEd2\\_Dantas6.pdf](http://www.unisulma.edu.br/Revista_UniEd2_Dantas6.pdf). Acesso em: 03 dez. 2016.
- DE OLIVEIRA, E. D. Estudo sobre a viabilidade e aplicação do conceito de cooperativas populares: O caso da COCAP. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2013